

GBIO Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2024

Ref.: Relatório nº 25AFO-039-PB-RM1



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 - 4º andar,
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil
T +55 21 3512-4100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores

GBIO Energia S.A.

São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da GBIO Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GBIO Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não conclusão do processo de alocação do preço de compra

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia realizou, em 09 de setembro de 2024, a aquisição de controle de determinadas empresas. De acordo com os requerimentos da norma NBC TG 15 – “Combinação de Negócios”, a Companhia deveria aplicar, na data da aquisição, o método de aquisição para o reconhecimento da combinação de negócio, levando em consideração o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Até a data da emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração não havia realizado os estudos necessários para a determinação do valor justo dos ativos adquiridos, dos passivos assumidos, bem como eventual ágio ou deságio oriundo da transação. Como consequência, não nos foi possível, através de procedimentos alternativos de auditoria, avaliar os eventuais impactos e itens de divulgação (se algum) com relação à citada transação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em virtude da citada limitação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Ausência de auditoria dos valores correspondentes ao período comparativo

As demonstrações contábeis referentes ao período entre 1º de agosto de 2023 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, não foram examinadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

GBIO Energia S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Em milhares de reais]

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.464	10	14.803	10
Contas a receber de clientes	5	-	-	609	-
Estoque	-	-	-	19	-
Impostos a recuperar	6	29	-	1.346	-
Outros ativos	7	33	-	1.232	-
Total do ativo circulante		14.526	10	18.009	10
Ativo não circulante					
Partes relacionadas - Debêntures privadas	8.a	14.181	-	-	-
Total		14.181	-	-	-
Investimentos	9.a	57.609	-	4.889	-
Total		57.609	-	4.889	-
Imobilizado	10	-	-	59.537	-
Intangível	11	-	-	23.238	-
Total do ativo não circulante		71.790	-	87.664	-
Total do ativo		86.316	10	105.673	10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Passivo circulante					
Fornecedores	-	29	-	639	-
Obrigações tributárias	-	18	-	342	-
Obrigações trabalhistas	-	102	-	254	-
Contas a pagar - Aquisição societária	12 21	6.105	-	6.105	-
Total do passivo circulante		6.254	-	7.340	-
Passivo não circulante					
Partes relacionadas - Debêntures privadas	8.b	22.553	-	22.553	-
Total do passivo não circulante		22.553	-	22.553	-
Patrimônio líquido					
	14				
Capital social	14.a	87.994	10	87.994	10
Capital a integralizar	14.b	(28.000)	-	(28.000)	-
Prejuízos acumulados	-	(2.485)	-	(2.485)	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		57.509	10	57.509	10
Participação de não controladores					
		-		18.271	-
Total do patrimônio líquido		57.509	10	75.780	10
Total do passivo e patrimônio líquido					
		86.316	10	105.673	10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receita operacional líquida	15	-	-	1.477	-
Custo operacional	16	-	-	(2.304)	-
Resultado bruto		-	-	(827)	-
Despesas administrativas	17	(1.251)	-	(2.373)	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	(1.339)	-	(135)	-
Outras resultados operacionais	-	1	-	1	-
Resultado operacional		(2.589)	-	(3.334)	-
Receitas financeiras	-	223	-	254	-
Despesas financeiras	-	(119)	-	(132)	-
Resultado financeiro líquido	18	104	-	122	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.485)	-	(3.212)	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	-	(8)	-
Prejuízo do exercício		(2.485)	-	(3.220)	-
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	(735)	-
Atribuído aos acionistas controladores	-	-	-	(2.485)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(2.485)	-	(3.220)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(2.485)	-	(3.220)	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(735)	-
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	-	-	(2.485)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
Integralização de capital ref. abertura - 01/08/2023 (Não auditado)		10	-	-	10	-	10
Saldos em 1º de janeiro de 2024 (Não auditado)		10	-	-	10	-	10
Aumento de capital	13	-	-	-	-	19.006	19.006
Aumento do capital social - 24/07/2024	13	12.484	-	-	12.484	-	12.484
Aumento do capital social - 20/08/2024	13	6.500	-	-	6.500	-	6.500
Aumento do capital social - 05/09/2024	13	69.000	(28.000)	-	41.000	-	41.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.485)	(2.485)	(735)	(3.220)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		87.994	(28.000)	(2.485)	57.509	18.271	75.780

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GBIO Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

[Em milhares de reais]

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(2.485)	-	(3.220)	-
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciações	10	-	-	256	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.b	1.339	-	135	-
Juros e encargos de debêntures	8.b	53	-	53	-
Prejuízo do exercício ajustado		(1.093)	-	(2.776)	-
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber	5	-	-	(609)	-
Estoque	-	-	-	(19)	-
Impostos a recuperar	6	(29)	-	(1.346)	-
Outros ativos	7	(33)	-	(1.232)	-
Fornecedores	-	29	-	639	-
Obrigações tributárias	-	18	-	342	-
Obrigações trabalhistas	-	102	-	254	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(1.006)	-	(4.747)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	10.b	-	-	(59.793)	-
Aquisição de controladas, líquida do caixa adquirido¹	9.b	-	-	-	-
Subscrição de debêntures privadas	8.a	(14.181)	-	-	-
Aquisição de controladas, líquida do caixa adquirido (pagamento)	9.b 21	(17.133)	-	(17.133)	-
Aportes de capital em investidas	9.b	(35.710)	-	(5.024)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(67.024)	-	(81.950)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	-	59.984	10	78.990	10
Captações de debêntures privadas	8.b	22.500	-	22.500	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		82.484	10	101.490	10
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.454	10	14.793	10
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	10	-	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	14.464	10	14.803	10
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		14.454	10	14.793	10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A GBIO Energia S.A. (Companhia), denominada até 1º de agosto de 2023 como Proteas SP Participações S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP, que iniciou suas operações em agosto de 2023 e tem por objeto social a exploração, produção, transporte e comercialização de gás, incluindo as atividades necessárias para sua operação, manutenção e implantação; a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; a participação, como acionista ou quotista, em outras empresas; e a prestação de consultoria e assessoria na área ambiental, de gás e energia. A Companhia tem como controlador o Gama Fundo de Investimentos em Participações.

1.2. Operações da Companhia e de suas controladas

As investidas GBIO Energia S.A. e suas respectivas áreas de negócio são:

CH4 Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2024, com sede na cidade de Sabará - MG que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

G3 Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 23 de março de 2024, com sede na cidade de Rosário - MA que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

Metaras Biogás e Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, adquirida em 09 de setembro de 2024, com sede na cidade de São Paulo – SP que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de produção, distribuição e comercialização de biometano; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário; a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de serviços correlatos ao seu objeto social.

Metagera Energia LTDA.

Sociedade limitada empresária, adquirida em 09 de setembro de 2024, com sede na cidade de São Paulo – SP que tem por objeto social o aluguel de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, sem operador; a manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos; a transmissão de energia elétrica; o comércio atacadista de energia elétrica; a consultoria em gestão e eficiência de negócios e a participação em outras sociedades exceto holding.

G2U Juiz de Fora Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 02 de outubro de 2024, com sede na cidade de Juiz de Fora – MG que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário, bem como a comercialização do produto derivado da exploração da usina de biometano a terceiros; a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de consultoria e assessoria em assuntos correlatos ao seu objeto social.

G2U Ipatinga Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2024, com sede na cidade de Ipatinga – MG que tem por objeto social a captação de biogás e o seu aproveitamento para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável; a construção, instalação, administração, exploração e operação de usina de produção de biometano em área de aterro sanitário, bem como a comercialização do produto derivado da exploração da usina de biometano a terceiros; a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, nacionais ou estrangeiras e a prestação de consultoria e assessoria em assuntos correlatos ao seu objeto social.

GA Energia S.A.

Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 10 de abril de 2024, com sede na cidade de Sabará – MG que tem por objeto social o aproveitamento de biogás para fins de geração e comercialização de energia elétrica e/ou para a produção, distribuição e comercialização de gás natural renovável, podendo utilizar e adquirir biogás produzido por terceiros ou implantar e operar sistemas próprios de captação, coleta, processamento e/ou purificação de biogás.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na Nota Explicativa nº 3.14 – Uso de estimativas e julgamentos.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas para divulgação pela Administração em 08 de abril de 2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (moeda funcional). A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o real.

2.2. Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora GBIO Energia S.A. e as empresas controladas, elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 9.

O controle é obtido quando a Companhia:

- tem poder sobre a investida;
- está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- a dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de não controladores em controladas são identificadas separadamente da participação do Grupo nessas controladas. Essas participações de não controladores que correspondem a participações acionárias atuais e que conferem aos seus titulares direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade no caso de liquidação podem ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de não controladores no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações de não controladores são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após a aquisição, o valor contábil das participações de não controladores corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações de não controladores.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não controladores.

As mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. O valor contábil das participações do Grupo e das participações de não controladores é ajustado para refletir as mudanças nas suas respectivas participações nas controladas.

A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: **(i)** a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual; e **(ii)** o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRS aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento devido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou joint venture.

As sociedades controladas incluídas na consolidação são as listadas a seguir:

Empresa	Data de aquisição	Relacionamento	Percentual de participação direta nas quotas	Percentual de participação direta nas quotas
CH4 Energia S.A.	10/04/2024	Controlada	65,50%	-
G3 Energia S.A.	15/04/2024	Controlada	50,00%	-
Metagás Biogás e Energia S.A.	09/09/2024	Controlada	60,00%	-
Metagera Energia Ltda.	09/09/2024	Controlada	60,00%	-
G2U Juiz de Fora Energia S.A.	04/12/2024	Controlada em conjunto	50,00%	-
G2U Ipatinga Energia S.A.	10/12/2024	Controlada em conjunto	50,00%	-
GA Energia S.A.	10/04/2024	Coligada	-	49,00%

2.4. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Conforme o resumo das relações de controle apresentada, a Empresa possui investimentos em entidades classificadas como controladas, controladas em conjunto e coligadas.

A Empresa classifica uma investida como controlada quando possui o poder de influenciar, unilateralmente, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo o controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

As controladas em conjunto, são aquelas investidas sobre as quais a Empresa compartilha o controle com outros sócios, sem que possa exercer o controle unilateral, e que exigem consenso para que as decisões estratégicas da investida sejam aprovadas.

As coligadas são investidas sobre as quais a Empresa exerce influência significativa sobre as decisões estratégicas, mas sem, necessariamente, deter o controle compartilhado ou o direito de veto.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis descritas em detalhes adiante têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

3.2. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia assume que não existia risco de provisão para perdas esperadas devido à ausência de contratos públicos encerrados, não havendo assim constituído novas provisões em 31 de dezembro de 2024.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

3.5. Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: **(i)** o custo de materiais e mão de obra direta; **(ii)** quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e **(iii)** os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Os softwares comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.7. Intangível

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

3.8. Debêntures

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Caso a transação seja designada ao valor justo por meio do resultado, o registro inicial e subsequente se dá pelo valor justo.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada.

A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

As debêntures são apresentadas no passivo circulante, quando a liquidação é esperada dentro de 12 meses, ou no passivo não circulante, quando a liquidação é esperada após esse período.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: **(i)** o montante a ser descontado; **(ii)** as datas de liquidação; e **(iii)** a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 – Mensuração do valor justo e CPC 12 – Ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

3.10. Outros ativos e passivos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.11. Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso: **(i)** da contraprestação transferida; **(ii)** do valor da participação de não controladores na adquirida; e **(iii)** do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.12. Teste de impairment para o ágio

É medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculados pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.14. Reconhecimento de receita

A receita de venda de biometano é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

3.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.16. Principais julgamentos e estimativas contábeis

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos.

3.17. Novas normas e pronunciamentos emitidos

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado a seguir:

Normativo	Destaques	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado “risco sacado”.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas covenants cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de <i>sale and leaseback</i> .	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Emissão	Destaques	Vigência
IFRS 18 - <i>Presentation and disclosure in financial statements</i>	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027
Emendas à IFRS 9/ CPC 48 e à IFRS 7/ CPC 40 (R1)	Maio de 2024	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de <i>hedge</i> ; e requerimentos adicionais de divulgação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
Melhorias Anuais nas normas contábeis IFRS - Volume 11	Julho de 2024	Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11, que faz pequenas alterações às IFRS 1 (CPC 37 (R1)), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R2)).	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações.	Maio de 2024	IFRS 19 é um anova norma de aplicação voluntária que permite entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações contábeis consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na originação ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025

Além destas, a Companhia não prevê que existem outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Caixa	-	-	5	-
Bancos conta movimento	62	10	396	10
Aplicações de liquidez imediata (i)	14.402	-	14.402	-
Total	14.464	10	14.803	10

(i) O saldo refere-se em sua maioria a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) da Controladora, junto ao banco Bradesco de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

5. Contas a receber de clientes

O saldo das contas a receber podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Ativo circulante (i)	609	-
Total	609	-

(i) Os saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2024, refere-se, em sua maioria, a valores a receber junto aos clientes da Controladora Metagás, cuja expectativa de liquidação ocorrerá em janeiro de 2025.

O saldo das contas a receber vencidos e a vencer podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
A vencer até 30 dias	325	-
Vencidos até 180 dias	284	-
Total	609	-

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
IRRF	29	-	31	-
ICMS	-	-	4	-
PIS e COFINS	-	-	1.311	-
Total	29	-	1.346	-

A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2024, seja realizado no decorrer do exercício de 2025, os quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviado a Receita Federal do Brasil.

7. Outros ativos

Os saldos de outros ativos em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Outros ativos				
Adiantamento a fornecedores	23	-	23	-
Adiantamento a funcionários	-	-	1.155	-
Despesas antecipadas	-	-	29	-
Outros	10	-	25	-
Total circulante	33	-	1.232	-

8. Partes relacionadas – Debêntures privadas

a) Debêntures ativo

Ativo não circulante	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Debêntures a receber		
CH4 Energia S.A. (i)	14.181	-
Total no ativo não circulante	14.181	-

(i) Em 09 de dezembro de 2024, conforme AGE, a Companhia, na qualidade de debenturista, firmou instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debentures, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única com sua controlada CH4 Energia S.A. O instrumento prevê a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) cada, totalizando R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios de 8% a.a., com capitalização anual dos juros e vencimento em 09 de dezembro de 2033. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia integralizou o montante de R\$ 14.181 (quatorze milhões, cento e oitenta e um mil reais).

b) Debêntures passivo

Passivo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Debêntures a pagar				
Gama Fundo (ii)	22.553	-	22.553	-
Total no ativo não circulante	22.553	-	22.553	-

Movimentação de partes relacionadas – debêntures

	Total não circulante
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	-
(+) Integralização	22.500
(+) Juros incorridos	53
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.553

(ii) Em 04 de novembro de 2024, conforme AGE, a Companhia, na qualidade de emissora, firmou instrumento particular de escritura da primeira emissão privada de debentures, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única com sua controladora Gama Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia. O instrumento prevê a emissão de 120.000 (cento e vinte mil) debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) cada, totalizando R\$ 120.000 (cento e vinte milhões de reais), com taxa de juros remuneratórios de 8% a.a., com capitalização anual dos juros e vencimento em 09 de dezembro de 2033.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia recebeu o montante de R\$ 22.500 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais).

Covenants contratuais

As debêntures não estão sujeitas a qualquer evento de vencimento antecipado.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos de inadimplência ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamento das debêntures.

A Companhia está em dia com as obrigações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

9. Investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas e coligadas.

a) Composição

Descrição	%	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
CH4 Energia S.A.	65,50%	12.315	-	-	-
G3 Energia S.A.	50,00%	68	-	-	-
Metagás Biogás e Energia S.A. (i)	60,00%	35.607	-	-	-
Metagera Energia Ltda. (i)	60,00%	4.730	-	-	-
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	50,00%	5	-	5	-
G2U Ipatinga Energia S.A.	50,00%	5	-	5	-
GA Energia S.A.	49,00%	4.879	-	4.879	-
Total dos investimentos		57.609	-	4.889	-

(i) Em 09 de setembro de 2024 a Companhia adquiriu 60% das Participações Societárias da Metagás e Metagera, equivalente a 60% das ações totais e passou a deter o controle. Em função de a alocação do preço de compra encontrar-se em período de mensuração, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Administração optou por reconhecer provisoriamente 100% do excedente da contraprestação transferida como goodwill, não havendo alocação de mais-valias a ativos identificáveis na data-base de 31 de dezembro de 2024. Eventuais ajustes decorrentes da conclusão do laudo de alocação do preço de compra serão reconhecidos retrospectivamente à data da aquisição, conforme previsto na norma aplicável.

O quadro a seguir apresenta a composição e a movimentação dos investimentos em controladas e coligadas:

b) Movimentação

Descrição	Investimento em 31/12/2023 (Não auditado)			Mais-valia	Equiv. patrimonial	Investimento em 31/12/2024
	Aportes	Ágio				
CH4 Energia S.A. (i)	-	12.484	-	-	(169)	12.315
G3 Energia S.A.	-	101	-	-	(33)	68
Metagás Biogás E Energia S.A. (ii)	-	13.893	22.716	-	(1.002)	35.607
Metagera Energia Ltda.	-	4.208	522	-	-	4.730
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	-	5	-	-	-	5
G2U Ipatinga Energia S.A.	-	5	-	-	-	5
GA Energia S.A.	-	5.014	-	-	(135)	4.879
Total dos investimentos	-	35.710	23.238	-	(1.339)	57.609

(i) A CH4 foi constituída em 2024 já com a Companhia como acionista, não havendo operação de aquisição. Assim, a transação não caracteriza combinação de negócios conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3, não sendo aplicáveis ágio, ganho por compra vantajosa ou PPA. Os aportes realizados representam integralizações de capital nos termos do CPC 18 (R2), utilizadas pela CH4 para aquisição de seus ativos operacionais;

(ii) Do total de ágio registrado na aquisição das investidas, considerando o montante de R\$ 22.716 mil atribuídos à Metagás, R\$ 16.611 mil foram pagos ao longo de 2024, permanecendo a parcela remanescente de R\$ 6.105 mil registrada em Outros passivos (circulante) em 31/12/2024, conforme Notas Explicativas 12 e 21. Essa parcela não envolveu movimentação de caixa no exercício e foi liquidada em janeiro de 2025.

c) Demonstrações contábeis resumidas e participação de não controladores

2024										
Investidas	Participação %	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido			Resultado do exercício	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Avaliado por equivalência patrimonial	Participação de não controladores	Total		
CH4 Energia S.A.	65,50%	33.030	-	48	14.181	12.315	6.486	18.801	(258)	
G3 Energia S.A.	50,00%	135	-	-	-	68	67	135	(66)	
Metagás Biogás E Energia S.A.	60,00%	4.178	18.635	1.020	-	12.891	8.902	21.793	(2.008)	
Metagera Energia Ltda.	60,00%	24	7.009	19	-	4.208	2.806	7.014	-	
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	50,00%	10	-	-	-	5	5	10	-	
G2U Ipatinga Energia S.A.	50,00%	10	-	-	-	5	5	10	-	
Total em controladas		37.387	25.644	1.087	14.181	29.492	18.271	47.763	(2.332)	
GA Energia S/A	49,00%	25.502	-	46	15.500	4.879	-	9.956	(276)	
Total em coligadas	-	25.502	-	46	15.500	4.879	-	9.956	(276)	
Ágio	-	-	-	-	-	23.238	-	-	-	
Total de investimentos em controladas e coligadas	-	62.889	25.644	1.133	29.681	57.609	18.271	57.719	(2.608)	

10. Imobilizado

a) Composição

Consolidado	Taxa média anual %	Custo	(-) Depreciação	Líquido em 31/12/2024	Líquido em 31/12/2023 (Não auditado)
Máquinas e equipamentos (i)	20	21.181	(1.208)	19.973	-
Instalações Industriais (ii)	20	6.065	(450)	5.615	-
Móveis e utensílios	10	33	(7)	26	-
Veículos	20	25	(12)	13	-
Outras imobilizações	10	16	(2)	14	-
Projetos em andamento e adiantamentos	-	33.896	-	33.896	-
Total		61.216	(1.679)	59.537	-

b) Movimentação

Consolidado	Saldos em 31/12/2023 (Não auditado)	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	-	20.144	-	(171)	19.973
Instalações Industriais	-	5.695	-	(80)	5.615
Móveis e utensílios	-	27	-	(1)	26
Veículos	-	15	-	(2)	13
Outras imobilizações	-	16	-	(2)	14
Projetos em andamento e adiantamentos	-	33.896	-	-	33.896
Total	-	59.793	-	(256)	59.537

(i) Os saldos referem-se, basicamente, às plantas de produção de biometano das controladas Metagás e Metagera, no montante de R\$ 12.978 e R\$ 7.009, respectivamente. Ressalta-se que o ativo da Metagera, no valor de R\$ 7.009, encontra-se atualmente não operacional, uma vez que permanecia em fase de preparação e ajustes operacionais razão pela qual não foi submetido à depreciação no período;

(ii) Refere-se basicamente a obra de infraestrutura para acomodação da planta de produção de biometano na Controlada Metagás. A movimentação do imobilizado em 2024 reflete exclusivamente aquisições realizadas pelas controladas e a depreciação ordinária do período. Eventuais ajustes de valor justo decorrentes da aquisição das controladas Metagás e Metagera não foram reconhecidos no imobilizado, uma vez que a alocação do preço de compra encontra-se em período de mensuração, conforme o CPC 15 (R1). Dessa forma, não há reconhecimento de mais-valia no imobilizado, sendo todo o excedente da aquisição reconhecido provisoriamente como goodwill;

(iii) O saldo de adiantamentos a fornecedores, registrado no ativo circulante, refere-se, principalmente, a valores antecipados pela controlada CH4 Energia para projetos em desenvolvimento no exterior. Esses adiantamentos estão vinculados à futura aquisição de ativos fixos, notadamente à planta de produção de Biometano, cuja conclusão está prevista para o exercício de 2025.

11. Intangível

		Saldo em 31/12/2023 (Não auditado)	Adições	Baixas	Amortização (*)	Saldo em 31/12/2024
	%					
Goodwill - Ágio pago por rentabilidade futura		-	23.238	-	-	23.238
Total		-	23.238	-	-	23.238

O intangível é composto, substancialmente, por ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), reconhecido provisoriamente nos termos do CPC 15 (R1), conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.

(I) Durante o exercício de 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa no 9, a GBIO Energia S.A. realizou a aquisição de participações societárias nas empresas Metagás Biogás e Energia S.A. e Metagera Energia Ltda., ambas atuantes no setor de biogás e energia renovável. As aquisições foram formalizadas em 09 de setembro de 2024.

(II) Em decorrência das aquisições, foi identificado e reconhecido ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), classificado como ativo intangível, conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios e CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

O goodwill reconhecido representa o excedente do custo de aquisição em relação à participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, refletindo a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, sinergias operacionais e comerciais e expansão das operações.

Considerando que a alocação do preço de compra encontra-se em período de mensuração, nos termos do CPC 15 (R1), a Administração optou por reconhecer provisoriamente 100% do excedente da aquisição como goodwill, não havendo reconhecimento de mais-valia ou de ativos intangíveis identificáveis na data-base de 31 de dezembro de 2024.

O goodwill não é amortizado e é submetido, no mínimo anualmente, ao teste de redução ao valor recuperável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

(III) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências que indicassem a necessidade de reconhecimento de perdas por impairment relacionadas ao goodwill registrado.

11.1. Aquisição da Metagás Biogás e Energia S.A.

Em 06 de setembro de 2024, foi realizada a aquisição dos ativos líquidos adquiridos da Empresa Metagás Biogás e Energia S.A., pela GBIO Energia S.A. Esta operação foi efetivada por meio da aquisição de 60% das cotas da Metagás, conforme o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, datado em 06 de setembro de 2024, desta forma a GBIO passou a deter 60% dos ativos líquidos da adquirida.

Determinação do preço de compra

Para aquisição de 60% dos ativos líquidos identificados e passivos assumidos, avaliados, na proporção da participação acionária adquirida, conforme balanço patrimonial de transição, a GBIO assumiu obrigação de pagamento da “contraprestação transferida” a valor presente no montante de R\$ 35.607, correspondente ao custo de aquisição do investimento.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

As informações relacionadas à alocação do preço de compra foram avaliadas pela Administração exclusivamente para fins informativos, com base no laudo preliminar de Purchase Price Allocation (PPA) elaborado com data-base de 09 de setembro de 2024.

A Administração avaliou as estimativas de valor justo dos ativos e passivos identificáveis exclusivamente para fins informativos. Considerando que a alocação do preço de compra encontra-se em período de mensuração, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, tais ajustes não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma, até a conclusão do processo de mensuração e emissão do laudo definitivo, a Companhia reconheceu provisoriamente o excedente da contraprestação transferida como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), conforme divulgado nas Notas Explicativas no 9 e no 11, nos termos do CPC 15 (R1).

Apuração do Ágio - valores informativos (PPA em período de mensuração)

O quadro de apuração do ágio reflete a estimativa preliminar do PPA com base nos valores justos na data da aquisição e tem caráter exclusivamente informativo, conforme quadro a seguir:

Item	Total	% adquirido	Total
Preço de compra considerado	-	-	35.607
Valor contábil dos ativos líquidos	21.485	60%	12.891
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	22.716

O cálculo acima apresenta, de forma exclusivamente informativa, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura conforme as estimativas preliminares de alocação do preço de compra (PPA), considerando os valores justos dos ativos e passivos da adquirida na data da aquisição.

Considerando que a alocação do preço de compra encontra-se em período de mensuração, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, tal apuração não representa o valor de goodwill reconhecido contabilmente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

Na referida data-base, a Companhia optou por reconhecer provisoriamente 100% do excedente da aquisição como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 9 e nº 11.

11.2. Aquisição da Metagera Energia Ltda.

Em 09 de setembro de 2024, foi realizada a aquisição dos ativos líquidos adquiridos da Empresa Metagera Energia Ltda, pela GBIO Energia S.A. Esta operação foi efetivada por meio da aquisição de 60% das cotas da Metagera, conforme o contrato de compra e venda de quotas e outras avenças, datado em 06 de setembro de 2024, desta forma a GBIO passou a deter 60% dos ativos líquidos da adquirida.

Determinação do preço de compra

Para aquisição de 60% dos ativos líquidos identificados e passivos assumidos, avaliados, na proporção da participação acionária adquirida, conforme balanço patrimonial de transição, a GBIO assumiu obrigação de pagamento da “contraprestação transferida” a valor presente no montante de R\$ 4.730.

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos

As informações a seguir apresentam, exclusivamente para fins informativos, os valores justos estimados dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na data da aquisição, conforme laudo preliminar de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation – PPA), elaborado com data-base em 09 de setembro de 2024:

As informações relacionadas à alocação do preço de compra foram avaliadas pela Administração exclusivamente para fins informativos, com base no laudo preliminar de Purchase Price Allocation (PPA) elaborado com data-base de 09 de setembro de 2024.

A Administração avaliou as estimativas de valor justo dos ativos e passivos identificáveis exclusivamente para fins informativos. Considerando que a alocação do preço de compra encontra-se em período de mensuração, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, tais ajustes não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma, até a conclusão do processo de mensuração e emissão do laudo definitivo, a Companhia reconheceu provisoriamente o excedente da contraprestação transferida como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), conforme divulgado nas Notas Explicativas no 9 e no 11, nos termos do CPC 15 (R1).

Apuração do Ágio

O quadro de apuração do ágio reflete a estimativa preliminar do PPA com base nos valores justos na data da aquisição e tem caráter exclusivamente informativo, conforme quadro a seguir:

Item	Total	% adquirido	Total
Preço de compra considerado	-	-	4.730
Valor contábil dos ativos líquidos	7.014	60%	4.208
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	522

11.3. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio:

O goodwill reconhecido nas demonstrações contábeis não é amortizado e é testado anualmente para redução ao valor recuperável, ou sempre que houver indícios de perda (CPC 01).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas para justificar o registro de perdas por *impairment*, em seu grupo de ativo intangível.

12. Contas a pagar - Aquisição societária

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Contas a pagar - Aquisição societária	6.105	-	6.105	-
Total não circulante	6.105	-	6.105	-

Refere-se à quarta parcela pela aquisição das ações das empresas Metagás e Metagera, com liquidação prevista para janeiro de 2025, conforme contrato firmado entre as partes.

13. Provisão para demandas judiciais

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem conhecimento de processos cíveis, trabalhistas e tributários na esfera judicial e/ou administrativa na data-base 31 de dezembro de 2024 e 2023, as quais deveriam estar registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia totalmente subscrito é de R\$ 87.994, sendo R\$ 59.994 integralizados e R\$ 28.000 a integralizar e está representado por 87.993.645 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito era de R\$ 10 e estava representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Gama FIP	87.993.645	100,00%	-	-	87.993.645	100,00%
Total	87.993.645	100,00%	-	-	87.993.645	100,00%

Em, 27 de julho de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 12.483.645,00 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), passando o capital social da Companhia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 12.493.645,00 (doze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 12.483.645 (doze milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, ações essas totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista única da Companhia.

Em 20 de agosto de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais), passando o capital social da Companhia de R\$ 12.496.645,00 (doze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para R\$ 18.993.645,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 6.500.000 (seis milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, ações essas totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista única da Companhia.

Em 05 de setembro de 2024 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais), sendo R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais) totalmente subscrito e realizado e R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) a realizar, passando o capital social da Companhia de R\$ 18.993.645,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para R\$ 87.993.645,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), mediante a subscrição de 69.000.000 (sessenta e nove milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, sendo 41.000.000 (quarenta e um milhões) de ações totalmente subscritas e integralizadas nesta data e de 28.000.000 (vinte e oito milhões) de ações a integralizar pela acionista única da Companhia.

No dia 09 de setembro de 2024 a Companhia firmou o termo de fechamento de opção de compra e venda e outras avenças com a GN Verde Participações S/A, que cedeu e transferiu 8.012.435 (oito milhões, doze mil, quatrocentas e trinta e cinco) ações de sua titularidade na Empresa Metagás Biogás e Energia S/A e 4.208.400 (quatro milhões, duzentos e oito mil e quatrocentas) quotas de sua titularidade na Empresa Metagera Energia Ltda. para a GBIO Energia S.A., a título livre e desembaraçada sem qualquer ônus, gerando um ágio no montante de R\$ 23.239.

Reserva legal

O Estatuto prevê que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

a) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição aos acionistas como dividendo mínimo obrigatório 3% (três por cento) do resultado do exercício, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

15. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receitas		
Receitas de vendas (i)	1.893	-
(-) Impostos sobre faturamento	(416)	-
Total da receita líquida	1.477	-

(i) o montante de R\$ 1.893 em 31 de dezembro de 2024 é integralmente proveniente da receita de venda de biometano pela Controlada Metagás conforme Nota Explicativa nº 3.14.

16. Custo operacional

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Manutenção	(891)	-
Pessoal	(546)	-
Locação	(230)	-
Biogás	(249)	-
Insumos	(204)	-
Serviços de terceiros	(101)	-
Outros	(83)	-
Total	(2.304)	-

Os custos são representados, em sua maioria, pelos custos incorridos na geração de biometano na Controlada Metagás.

17. Despesas administrativas

As despesas administrativas estão demonstradas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Pessoal	(583)	-	(584)	-
Serviços de terceiros	(349)	-	(835)	-
Depreciação	-	-	(256)	-
Tributárias	(126)	-	(161)	-
Seguros	-	-	(70)	-
Conservação	-	-	(46)	-
Locação	(2)	-	(22)	-
Viagens	-	-	(11)	-
Gerais	(191)	-	(388)	-
Total	(1.251)	-	(2.373)	-

As despesas são representadas, em sua maioria, pelas despesas de pessoal administrativo da Companhia e serviços de terceiros, incorridos na geração de biometano, na Controlada Metagás.

18. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	223	-	254	-
Total	223	-	254	-
Despesas financeiras				
Juros	-	-	(2)	-
Encargos sobre financiamentos	(53)	-	(53)	-
Impostos sobre Operações Financeiras (IOF)	(66)	-	(73)	-
Outras	-	-	(4)	-
Total	(119)	-	(132)	-
Resultado financeiro líquido	104	-	122	-

19. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

i) Riscos de liquidez

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela administração da Companhia e de suas controladas prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

ii) Riscos de mercado e juros

A Companhia adota políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

iii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

20. Seguros

A política da Companhia é de manter cobertura de seguros, principalmente para os bens do ativo imobilizado, responsabilidade civil, estabelecimento e riscos diversos que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou que os riscos estão adequadamente cobertos por apólices contratadas em montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza das atividades da Companhia e as recomendações de seus consultores especializados em seguros. A cobertura contratada é considerada adequada para suportar eventuais perdas decorrentes de sinistros relacionados à operação.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

21. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31/12/2024, a Companhia realizou operações sem movimentação de caixa, não refletidas na DFC, incluindo o reconhecimento de ágio (goodwill) decorrente de combinações de negócios no montante de R\$ 23.238 mil e o registro de parcela do preço de aquisição a pagar no montante de R\$ 6.105 mil, classificada em Outros passivos (circulante) em 31/12/2024, conforme divulgado em nota 9.

A conciliação das transações não caixa é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Ágio por aquisição de investimentos (goodwill) – não caixa	23.238	-	23.239	-
Parcela da contraprestação a pagar - Aquisição societária – não caixa	6.105	-	6.105	-

22. Eventos subsequentes

Em 17 de dezembro de 2025, foi divulgado ao mercado, por meio de Fato Relevante, tratativas visando à realização de reorganização societária, que na data de autorização para emissão, ainda não havia sido juridicamente consumada e, portanto, não produziu efeitos sobre a estrutura de controle, o perímetro de consolidação, nem sobre os ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa apresentados, razão pela qual nenhum ajuste foi efetuado, sendo a divulgação realizada exclusivamente para fins informativos.

* * *